

Editorial

Você consegue dizer as atividades que a Secretaria de Defesa Agropecuária realiza? Sua importância e o que tem feito garantir a saúde animal, a sanidade vegetal brasileira e a segurança dos produtos de interesse agropecuários produzidos e recebidos no país?

Este informe traz informações que respondem essas perguntas, aqui você fica sabendo as atividades mensais da Secretaria, desde consultas públicas aos serviços de fiscalização.

Nesta edição, saiba mais sobre as atividades da SDA diante à pandemia do coronavírus, o resultado do Prêmio Ceres, as consultas públicas, processos e projetos em andamento, além de conhecer um pouco do trabalho do Vigiagro que possibilita o transporte de animais.

Seu serviço também pode aparecer aqui, colabore com o *Informe.SDA*, mandando suas informações no e-mail ccr.sda@agricultura.gov.br.



Notícias

Governo federal divulga manual com recomendações para frigoríficos por causa da pandemia da Covid-19

Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), da Economia (ME) e da Saúde (MS) divulgaram, em conjunto, manual com recomendações para frigoríficos em razão da pandemia do coronavírus (Covid-19). As orientações abordam como prevenir o contágio do vírus nos ambientes de trabalho e, assim, manter a normalidade do abastecimento alimentar, a manutenção dos empregos e da atividade econômica.

Entre as medidas recomendadas, estão a identificação e afastamento de trabalhadores com suspeita ou com a confirmação da doença, distanciamento de dois metros entre cada funcionário na linha de produção, entrada no estabelecimento somente com máscara de proteção facial, proibição do compartilhamento de copos,

pratos e talheres não higienizados, bem como qualquer outro utensílio de cozinha, evitar a aglomeração de trabalhadores na entrada e saída do estabelecimento, entre outras.

“São procedimentos tecnicamente corretos para serem seguidos e respeitados pelos frigoríficos para garantir que as atividades sejam executadas com segurança”, afirma o secretário de Defesa Agropecuária, José Guilherme Leal.

O Manual com as orientações pode ser acessado no site do Mapa.

Lançamento da 16ª edição da campanha nacional do produto orgânico ocorrerá de forma digital



Realizada anualmente desde 2005 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a 16ª edição da campanha nacional “Produto Orgânico, Melhor para a Vida” ocorrerá nos dias 8 e 9 de junho de forma digital. A campanha em 2020 tem como tema “Tem alimento saudável perto de você”.

O lançamento será realizado por meio de uma live nas redes sociais e canal do Youtube do Mapa, devido à pandemia do coronavírus (covid-19). A programação conta com um seminário virtual, composto por atividades estaduais e nacionais.

Este ano, além de reforçar a importância dos produtos orgânicos e seus diversos benefícios, a campanha busca fomentar a construção e divulgação das redes de produtores que estão comercializando produtos orgânicos por meio da entrega de cestas em pontos das cidades ou em domicílio, visando contribuir na geração de renda neste momento de isolamento social.

Programa Nacional de Bioinsumos é lançado e vai impulsionar uso de recursos biológicos na agropecuária brasileira

A utilização de recursos biológicos na agropecuária brasileira ganha um novo impulso a partir do lançamento do Programa Nacional de Bioinsumos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O foco é aproveitar o potencial da biodiversidade brasileira para reduzir a dependência dos produtores rurais em relação aos insumos importados e ampliar oferta de matéria-prima para setor. O programa foi instituído pelo Decreto 10.375, publicado no dia 27 de maio no Diário Oficial da União.

Em uma cerimônia virtual, a ministra Tereza Cristina destacou que o programa nasceu de uma antiga necessidade do setor produtivo (agrícola, aquícola, florestal e pecuária) de se alinhar com práticas mais inovadoras. Ressaltou que o programa possibilitará a entrada de fato da agricultura na bioeconomia e que todos os produtores, como orgânicos, tradicionais e de demais segmentos, serão contemplados. "Todos têm a ganhar, produtores de todos os tamanhos têm a ganhar", afirmou Tereza Cristina, acrescentando que 40 milhões de hectares no país já são cultivados com bactérias promotoras de crescimento de plantas, um exemplo de bioinsumo.

O Programa Nacional de Bioinsumos se propõe a disponibilizar um conjunto estratégico de ações para o desenvolvimento de alternativas para a produção agrícola, pecuária e aquícola, considerando dimensões econômicas, sociais, produtivas e ambientais. Visa estimular a adoção de ativos sustentáveis baseados no uso de tecnologias, produtos e processos desenvolvidos a partir de recursos renováveis, por meio da ação integrada dos setores de ciência, tecnologia e inovação, além do o setor produtivo e o mercado.

"Um dos direcionamentos do Programa, que cabe a Secretaria de Defesa Agropecuária, é criar um ambiente regulatório favorável para que as indústrias possam avançar nas pesquisas, além de agilizar os registros dos defensivos agrícolas biológicos", destacou o secretário da SDA, José Guilherme Leal.

Confira o hot site sobre o programa

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/bioinsumos>

Mapa abre consultas públicas sobre registros de produtos fitoquímicos e microbiológicos

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou a Portaria nº 102, que abre consulta pública por 90 dias para avaliação da proposta de Instrução Normativa Conjunta (INC) do Mapa, Ibama e Anvisa sobre os procedimentos a serem adotados para o registro de produtos fitoquímicos que se caracterizem como agrotóxicos e afins, cujos ingredientes ativos sejam obtidos, exclusivamente, de matéria-prima vegetal.

A INC de fitoquímicos é fundamental para possibilitar e ampliar o registro de produtos de origem natural, que podem ser utilizados como opção no manejo integrado de pragas e favorecer o desenvolvimento de uma produção agrícola com meios de controle mais sustentáveis e de menor risco.

As sugestões para a consulta, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas via formulário eletrônico, para a Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins, por meio do link: <https://sistemas.agricultura.gov.br/agroform/index.php/932342?lang=pt-BR>



Registro de produtos microbiológicos

Também foi publicada a Portaria nº 103 que submete à consulta pública, pelo prazo de 90 dias, a Instrução Normativa Conjunta do Mapa, Ibama e Anvisa que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para o registro de produtos microbiológicos que tenha função de agrotóxicos e afins.

A proposta visa atualizar e desburocratizar o registro de produtos microbiológicos, substituindo a Instrução Normativa Conjunta nº 3, de 10 de março de 2006.

As sugestões, tecnicamente fundamentadas, deverão ser enviadas via formulário eletrônico, para a Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins, por meio do link: <https://sistemas.agricultura.gov.br/agroform/index.php/328412?lang=pt-BR>

SDA é destaque nas três categorias do Prêmio Ceres 2019



A Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) venceu nas três categorias - Gestão, Práticas Administrativas e Qualidade Agropecuária - do Prêmio Ceres 2019, que contou com 30 iniciativas validadas ao processo.

O Prêmio Ceres, que recebe esse nome em inspiração à Deusa grega da agricultura, tem como objetivo reconhecer mérito aos trabalhos desenvolvidos pelos servidores e empregados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Todos os projetos foram ranqueados de acordo com sua categoria. O projeto 'Projeção do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Campinas (LFDA-SP) no cenário internacional', inscrito por André Mendonça, ocupou o primeiro lugar na categoria Gestão. Já Marlene Bichler e sua equipe ganharam na categoria Práticas Administrativas com o projeto 'Certificado Veterinário Internacional Eletrônico'. Na categoria Qualidade Agropecuária a premiação foi para Ângelo de Queiroz e sua equipe com 'Os melhores amigos do Mapa - O trabalho dos cães de detecção da Secretaria de Defesa Agropecuária'.

Os ganhadores são premiados com troféu, certificados, curso de capacitação, disponibilização dos projetos no Portal da Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro) e Biblioteca Nacional da Agricultura (Binagri) e a possibilidade de serem convidados para participarem de eventos e missões técnicas realizadas pela Enagro.

Conheçam as iniciativas participantes desta edição acessando o QR Code ou no link <https://bitly.com/qb9Z3>.



Visita à Fazenda Malunga

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina e o secretário de Defesa Agropecuária, José Guilherme Leal, estiveram na Fazenda Malunga, localizada no núcleo rural Lamarão, em Brasília, e especializada em produção agropecuária de produtos orgânicos.

Com 30 anos de experiência no mercado, a Fazenda Malunga é referência nacional em produção integrada de alimentos orgânicos. Em uma área de 120 hectares, a fazenda conta com um portfólio de 120 itens, entre hortaliças e laticínios, e capacidade de produção de 25 mil itens por dia, a maioria já embalado e pronto para o consumo.

"Não há lugar melhor para recarregar as energias como o campo. E ainda vejo de perto todo o potencial do nosso agro", disse Tereza Cristina.



Presidente sanciona lei que prorroga contratos de 269 médicos veterinários do Mapa



O presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 13.996 que prorroga por dois anos o contrato de 269 médicos veterinários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A lei decorre da Medida Provisória 903/2019.

Os profissionais foram contratados via concurso público em 2017 para atuarem pelo prazo de dois anos. Com a prorrogação, os contratos terão validade até fevereiro de 2022, dependendo do início das atividades de cada profissional.

Os médicos veterinários atuam nas linhas de inspeção *ante e post mortem* em frigoríficos. Na edição da MP, o governo federal argumentou que a finalização dos contratos poderia afetar a inspeção de produtos de origem animal, colocando em risco a saúde dos consumidores e possível prejuízo ao mercado interno e exportações.

Serviço de Inspeção Federal mantém atividades durante a pandemia do novo Coronavírus

O Serviço de Inspeção Federal (SIF) divulgou o segundo relatório de atividades para acompanhar os impactos decorrentes da pandemia do coronavírus (Covid-19). Segundo o documento, as atividades de inspeção de produtos de origem animal e certificação sanitária, consideradas como essenciais pelo Decreto 10.282, seguem funcionando com todos os cuidados necessários para que não ocorram prejuízos à manutenção do abastecimento público.

Nas fiscalizações de abatedouros de frigoríficos de aves, por exemplo, o número de aves abatidas apresentou variação de 2% nos meses de janeiro e fevereiro e um aumento de 12% no mês de março, representando 55 milhões de aves a mais em comparação ao mesmo período de 2019.

Já as fiscalizações de abatedouros de frigoríficos de suínos apresentou variação de -4% no número de abates em janeiro e um aumento de 9% no mês de março, o que representa quase 310 mil suínos a mais em comparação ao ano anterior.

Segundo o documento, os abatedouros de frigoríficos de bovinos foram os que tiveram redução no número de bovinos abatidos em estabelecimentos sob SIF nos primeiros meses em comparação com 2019. A redução foi de 15% em janeiro, 10% em fevereiro e 8% em março.

Em relação à certificação sanitária, que assegura que os produtos e os sistemas de produção atendem a todos os requisitos acordados com os países para os quais o Brasil exporta seus produtos, foram emitidos no mês de abril 31.963 Certificados Sanitários Internacionais (CSIs), número superior ao do mesmo período no ano de 2019, quando foram emitidos 30.994 CSIs.

Confira o relatório no QR Code ao lado.



Finalizada as inscrições de consórcios públicos para aumentar adesão ao Sisbi

A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) finalizou as inscrições para consórcios públicos no processo de ampliação de mercado de produtos de origem animal (POA) no país.

A proposta, que inicialmente contará com o projeto piloto com apoio a dez consórcios públicos selecionados em todo Brasil, recebeu 55 inscrições. Desses, 40 consórcios públicos intermunicipais foram para fase de entrevistas.

As análises preliminares dos dados informados pelos selecionados demonstram que com esta ação o Mapa está interagindo com 875 Municípios e um total 636 agroindústrias, com perfil predominante de pequenas agroindústrias.

Confira a lista dos selecionados em:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/suasa/sisbi-1/sisbi>.

Transferência de animais para novos lares conta com apoio do Vigiagro

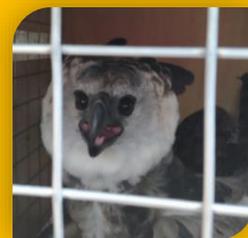


O Serviço de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) responsável pela emissão de documentos como o Certificado Zoossanitário Internacional (CZI), necessário para a exportação de animais, e a Guia de Trânsito Animal (GTA), utilizada na importação, realizou os trâmites aduaneiros para transferência de um casal de harpias e de uma elefanta, a fim de que os mesmos tenham mais qualidade de vida e sua espécie preservada.

Nascidos no Refúgio Biológico de Itaipu, o casal de harpias (Harpia harpuja) foi exportado para o ZooParc Beauval, localizado na França. O refúgio é reconhecido internacionalmente pelo sucesso na reprodução de harpias, preservação da espécie e material genético.

Já o Santuário dos Elefantes, localizado na Chapada dos Guimarães (MT), recebeu uma elefanta asiática que pertenceu a circos e estava em um zoológico da Argentina há 20 anos. Por se tratar de um animal sociável e que demanda bastante espaço para viver, a elefanta foi encaminhada para ter uma nova vida e se ressocializar com mais três elefantas da mesma espécie.

As documentações necessárias para as transferências dos animais foram realizadas pela equipe da unidade do Vigiagro de Foz do Iguaçu (PR).



Cadastro para vacinação e habilitação para atuar no Programa de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal já podem ser feitos online



Os médicos veterinários da iniciativa privada agora podem solicitar os serviços de cadastramento para vacinação contra a brucelose e habilitação para atuação no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no Portal Gov.Br. Além disso é possível solicitar a atualização cadastral e o descadastramento ou a desabilitação.

Atualmente esses serviços são realizados pelo médico veterinário junto ao Serviço Veterinário Estadual (SVE), de forma presencial. Agora, por meio da plataforma digital os procedimentos de cadastro e habilitação de profissionais serão mais ágeis e práticos.

É obrigatório que o profissional esteja inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) dos estados que pretende atuar.

No caso de cadastramento para vacinação, apenas os estados que não têm um sistema informatizado para a realização deste serviço é que utilizarão a plataforma digital do governo: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Já a habilitação permitirá que o médico veterinário atue na realização de testes diagnósticos de brucelose e tuberculose, encaminhamento de amostras para laboratórios credenciados e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres para essas doenças nas Unidades Federativas em que têm interesse.



Cadastro



Habilitação

Mapa apreende grande quantidade de agrotóxicos e fertilizantes falsificados

Fiscais Federais Agropecuários apreenderam 630 kg de agrotóxicos falsificados e 1,2 mil litros de fertilizantes fraudados durante ação de fiscalização no município de Petrolina/PE para verificação da origem dos produtos comercializados aos produtores rurais da região.

A ação da fiscalização começou após o Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA/MG ter relatado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a suspeita de um caminhão abordado na divisa Minas Gerais com Bahia com falta de sinalização do veículo por transportar agrotóxicos. Além disso, a Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais averiguou que a nota fiscal da carga apresentada era fraudada.

"Montamos uma operação de inteligência em que encontramos no destino do caminhão os produtos fraudados, fertilizantes sem registro no Mapa e outros sendo comercializados vencidos", relata o coordenador-geral de Agrotóxicos e Afins da Secretaria de Defesa Agropecuária, Bruno Breitenbach. A ação contou com a participação das Superintendências Federais de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, o IMA/MG e as empresas registrantes dos produtos que auxiliaram na identificação dos lotes.

O comerciante que adquiriu o produto teve sua mercadoria apreendida e responderá processo administrativo, além de responder na justiça por interceptação de produto falsificado e corresponsabilidade em crime ao meio ambiente e ao consumidor. Os agrotóxicos e fertilizantes fraudados apreendidos deverão ser incinerados após apuração das responsabilidades



Vigiagro fiscaliza embarque de bovinos no Porto de São Sebastião



Durante o mês de maio, o Serviço de Vigilância Agropecuária Federal (Vigiagro) fiscalizou dois embarques de bovinos no Porto de São Sebastião, em São Paulo, totalizando 12.800 animais transportados com destino ao Iraque e Egito.

As fiscalizações foram realizadas para verificação de atendimento das normas de bem-estar animal e para posterior emissão do Certificado Sanitário Internacional (CSI).

Com destino ao Iraque, foram embarcados cerca de 8.000 bovinos adultos no navio Polares 3, proveniente do Uruguai. Já para o Egito, foram embarcados 4.800 bovinos para engorda no navio MV Transporter, proveniente do Rio de Janeiro.

Mais dois municípios obtêm reconhecimento de equivalência no SISBI-POA

Os municípios de Araguari (MG) e Arroio do Meio (RS) obtiveram reconhecimento de equivalência do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) de produtos de origem animal junto ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (Mapa).

Com o reconhecimento, os estabelecimentos de Araguari e Arroio do Meio registrados no SIM serão incluídos no cadastro-geral do Sisbi-POA e, com isso, poderão comercializar seus produtos de origem animal em todo território nacional.

Atualmente, já estão incluídos no cadastro-geral do Sisbi-POA, 16 estados e o Distrito Federal (BA, CE, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PR, PE, PI, RN, RS, RO, SC e TO); quatro consórcios (Cidema/SC, Cisama/SC, Consad/SC e Codevale/MS) e 25 municípios (Alegrete, Cascavel, Caxias do Sul, Chapecó, Engenho Velho, Erechim, Fernandópolis, Florianópolis, Glorinha, Ibiúna, Itapetininga, Itu, Joanópolis, Marau, Miraguai, Mossoró, Rio Claro, Rosário do Sul, Salvador do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Antônio da Platina, São Pedro do Butiá e Uberlândia).

O cadastro-geral do Sisbi-POA agora é feito no **e-SISBI** - sistema eletrônico de gestão dos serviços de inspeção de produtos de origem animal e vegetal e de insumos agropecuários vinculados aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e aos consórcios públicos (<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/suasa/e-sisbi>).



Cadastro atualizado no e-SISBI

O sistema eletrônico e-Sisbi, responsável pela gestão dos serviços oficiais de inspeção de produtos de origem animal, vegetal e de insumos agropecuários ligados aos estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, alcançou em maio a efetivação do cadastro de todos os Serviços de Inspeção Estadual (SIE) de produtos de origem animal.

O resultado alcançado demonstra o trabalho realizado pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) para garantir que inspeções e fiscalizações dos produtos de origem animal sejam efetuadas de maneira uniforme, harmônica e equivalente em todos os Estados.

Mapa revisa normas de certificação fitossanitária de origem e trânsito interestadual de vegetais

Por meio da Portaria nº 94, a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) submeteu à consulta pública, pelo prazo de 60 dias, a proposta de Instrução Normativa que institui o Sistema Nacional de Certificação Fitosanitária de Origem – SINATO, com a finalidade de controlar a certificação fitossanitária de artigos regulamentados, de acordo com os requisitos fitossanitários estabelecidos.

A proposta revisa as Instruções Normativas nº 28 e 33, ambas de 24 de agosto de 2016, que tratam, respectivamente, dos procedimentos para a emissão da Permissão de Trânsito de Vege-

tais – PTV e dos Certificados Fitosanitário de Origem – CFO e de Origem Consolidado – CFOC.

“A nova IN tem como objetivo simplificar procedimentos, tendo como premissa a segurança fitossanitária e a rastreabilidade dos produtos vegetais”, explica a coordenadora-geral de Proteção de Plantas, Graciane de Castro.

O texto proposto pode ser acessado pelo link <https://bit.ly/3byL9p3> e as sugestões, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas para o e-mail cgpp.dsv@agricultura.gov.br.

SDA recebe mais de mil contribuições em consulta às câmaras setoriais para priorização de registro de defensivos agrícolas

A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), recebeu 1,5 mil contribuições ao final do processo de consulta às Câmaras Setoriais com intuito de propor melhorias no processo de priorização de registro de defensivos agrícolas.

Realizada em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a consulta foi feita por meio de formulário enviado às Câmaras Setoriais e Temáticas, cujos participantes indicaram até 03 pragas de preocupação para cada cultura, elencando ainda os motivos para cada indicação. Atualmente os critérios para priorização dos produtos seguem as orientações estabelecidas pela Portaria Mapa nº 163/2015.

Os próximos passos serão a consolidação das sugestões encaminhadas, a elaboração dos critérios que irão balizar o uso do Método *Analytic Hierarchy Process* (AHP) e a identificação final de pragas e culturas que irão compor a lista de prioridades para registro de defensivos agrícolas.

LFDA/RS realizou os primeiros testes de Covid-19 em servidores de SIF

O Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do Rio Grande do Sul (LFDA/RS) apresentou resultado negativo para as primeiras amostras de coronavírus (Covid-19) em servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) que atuam no Serviço de Inspeção Federal (SIF).

As amostras são de 12 servidores que atuam nos SIFs da região de Lajeado/RS e Garibaldi/RS e processadas pela Unidade de Diagnóstico por meio da técnica RT-PCR.



Projeto de cooperação visa aprimorar o Sistema Nacional de Emergências Agropecuárias



A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/Mapa) apresentou junto à Associação Brasileira de Profissionais de Epidemiologia de Campo (ProEpi) um projeto de cooperação para o fortalecimento dos serviços de sanidade agropecuária e inocuidade alimentar no Brasil voltado para o Sistema Nacional de Emergências Agropecuárias (Sineagro).

O projeto de consultoria, que ainda está em fase normativa, contará com avaliação de riscos e diretrizes que guiarão equipes pré-preparadas em todo o território brasileiro para atender às demandas urgentes. A ideia é habilitar as equipes para agir de maneira rápida e eficaz em todos os níveis de emergências, desde o municipal ao nacional, com base na metodologia de gestão de emergências da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) que norteia o Sineagro.

“Essa consultoria nos ajudará a nos estruturarmos para uma emergência. O objetivo é aprimorar nossa capacidade de atuação quando falamos de emergência a nível nacional, sendo capazes de nos relacionarmos com órgãos estaduais e municipais, setor público e privado”, explica o secretário de Defesa Agropecuária, José Guilherme Leal.

Sipeagro alcança mil registros de estabelecimentos de produtos de origem vegetal

O Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (Sipeagro) contabilizou em maio mil registros no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CGC/MAPA) de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas no processo de classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

Segundo as regras da Instrução Normativa SDA nº 9/2019, o CGC é obrigatório para todo cidadão e empresa que processe, industrialize, beneficie ou embale produto de origem vegetal com padrão oficial de classificação e para todo prestador de serviço de classificação vegetal.

Cada registro tem validade de cinco anos e deverá ser feito no sistema eletrônico Sipeagro. Para definir qual nível do cadastro - básico, intermediário e completo - as empresas devem observar a [lista dos produtos vegetais passíveis de registro](#). Atualmente estão registrados 81 produtos padronizados.

O registro no CGC é único por estabelecimento, mas cada produto e novo produto passível de registro deverá ser informado para fins de conformidade com a Lei da Classificação Vegetal.

Além disso, o CGC também concede a habilitação a um estabelecimento que deseje exportar produtos de origem vegetal para mercados com exigências específicas de identidade e qualidade, conforme regras estabelecidas nos acordos bilaterais assinados pelo Brasil. Sendo obrigatório, por exemplo, para os exportadores de soja para a China e para os exportadores de frutas para a União Europeia.



Rede social do Suasa promove lives para explicar sobre o Sisbi



Em tempos de isolamento devido à pandemia do Covid-19, a coordenação responsável pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), vem realizando lives sobre o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi).

Temas como consórcios, procedimentos de adesão, funcionalidades do e-SISBI, entre outros de interesse dos serviços de inspeção, produtores e da população geral são abordados semanalmente no perfil @coordenacao_suasa.

Além disso, as dúvidas e os questionamentos que não são respondidos durante as lives são abordados posteriormente no quadro "O Suasa responde". Os vídeos são gravados pelos técnicos e divulgados no canal do youtube - coordenacao_suasa.

Deges segue apoiando a utilização do sistema Strategic Adviser (SA)

O Departamento de Gestão Corporativa (Deges) realizou, entre os meses de abril e maio, 240 atendimentos a diferentes departamentos e superintendências para orientar e informar sobre a finalidade e o uso do sistema *Strategic Adviser* (SA). A ação teve como objetivo promover o acompanhamento e a gestão das atividades, bem como o registro e o monitoramento dos indicadores de desempenho.

O *Strategic Adviser* (SA) é um *software* de apoio à gestão estratégica e de projetos e foi customizado para o uso do Ministério da Agricultura. O módulo *Performance Manager* facilita a coleta de dados e a construção de painéis gráficos (dashboards) utilizando os objetivos estratégicos e os indicadores de desempenho associados. Já o módulo *Project Manager* possibilita a estruturação de projetos de forma simples e intuitiva, o que auxilia na visualização das entregas, propicia o acompanhamento da execução do projeto e de seus desdobramentos.

Também foram agendadas videoconferências com diversas áreas técnicas da Secretaria de Defesa Agropecuária, a fim de capacitar as equipes para utilizar o sistema.

Painel de Controvérsia da SDA em funcionamento

Desde o dia 04 de maio está disponível no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) o Painel de Controvérsias da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA). A nova ferramenta permite que a sociedade e o setor regulado auxiliem a SDA a promover os ajustes necessários em seus atos normativos.



O Painel de Controvérsias efetiva uma demanda da sociedade para obter respostas estruturadas e qualificadas. O processo de avaliação de controvérsia ocorre de maneira fundamentada, ordenada, transparente e isonômica.

O novo canal é uma ferramenta empregada em organismos internacionais visando assegurar uma solução para a controvérsia. Com o painel, fica-se instituído um fluxo único, para promover o aperfeiçoamento da qualidade regulatória.

Acesse pelo link <https://bit.ly/2B2IKWZ> ou pelo QR Code.

Consulta pública colhe sugestões sobre atos normativos da Defesa Agropecuária

Foi publicada a [Portaria nº 107](#) que submete à Consulta Pública, pelo prazo de 45 dias, a lista preliminar de atos normativos vigentes afetos à defesa agropecuária, editados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ou por quaisquer de suas Secretarias.

O objetivo da consulta é permitir a ampla divulgação e a participação social no levantamento do acervo de atos normativos afetos à defesa agropecuária como ofícios, orientações normativas, recomendações, resoluções, avisos etc.

“A iniciativa faz parte dos esforços empreendidos pela Secretaria de Defesa Agropecuária para cumprir os comandos e prazos do Decreto nº 10.139/2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto”, explica a diretora do Departamento de Suporte e Normas, Judi Nóbrega.

O Decreto nº 10.139/2019 regulamenta a chamada Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), e se insere no rol das ações do Governo Federal voltadas para a promover a desburocratização a máquina estatal e a simplificação regulatória, na busca de melhorias no “ambiente de negócios” para alavancar o desenvolvimento socioeconômico no País.



As contribuições serão feitas via formulário (QR Code) e os participantes podem contribuir em uma ou todas as áreas de interesse.

Saiu no DOU!

A **Portaria nº 95, de 29 de abril de 2020**, credencia o Laboratório de Análises de Azeites, da Embrapa Clima Temperado, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A **Portaria nº 151, de 30 de abril de 2020**, definiu as áreas de abrangência dos Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal e as localizações físicas das sedes dos Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal, dos Serviços das Divisões de Auditorias em Estabelecimentos e da Divisão de Inovações Tecnológicas da Coordenação-Geral de Programas Especiais do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

A **Instrução Normativa nº 24, de 30 de abril de 2020**, altera os incisos I, II e III do art. 2º da Instrução Normativa SDA/MAPA nº 63, de 1º de setembro de 2004, que trata dos requisitos fitossanitários para a importação de alporques (estacas enraizadas, sem folhas, sem inflorescências e sem frutos) de Litchi chinensis (Categoria 4, Classe 1) produzidas na Austrália. Esta IN entra em 1º de junho.

O **Ato nº 31, de 4 de maio de 2020**, traz o registro de 22 defensivos agrícolas formulados. Todos os produtos utilizam ingredientes ativos já registrados anteriormente no país e alguns deles utilizam agentes biológicos para controle das pragas. Os produtos foram analisados e aprovados pelo Ministério da Agricultura, pelo Ibama e pela Anvisa.